

O SR. LUIZ PAULO - Bom dia a todas e todos. Dr. Bernardo Santoro, só, previamente, dizer a Vossa Senhoria que eu estou nos primórdios de toda essa luta para que nós tivéssemos um órgão gestor metropolitano. Não só da construção da Lei Complementar e até numa insistência permanente no Parlamento para que, um dia, ela fosse votada. Porque, como sou, como Eliomar Coelho, muito antigo, vi ser criada no Estado do Rio de Janeiro a Fundrem. E tive oportunidade de ser secretário de Urbanismo no município da capital e verificar a desagregação metropolitana que nós tínhamos. Na hora que a gente foi discutir, aprovar e confeccionar o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro - estou falando lá no ano de 92. Então, eu sou entusiasta dessas propostas.

Eu também queria dizer, independente de algumas divergências que vamos ter, eu gostei muito da sua apresentação. Porque o senhor está pensando no todo. Tanto eu, Waldeck, quanto Eliomar Coelho, nós estamos aqui numa luta, já antiga, que parece que vai começar a dar certo, de se ter também um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro, onde a Região Metropolitana é o seu coração. Então, dito isso como preliminar, eu queria fazer algumas observações pontuais.

Em relação à Cedeae, as nossas divergências são profundas, e eu quero discutir aquilo que nos une, e não aquilo que nos desune, tão profundas, da forma arrogante e prepotente que o estado tratou o assunto, que nunca poderia colocar na rua esse edital por decreto. Se ele tem maioria na Assembleia, ele vence quem é contra. Mas por decreto jamais. Isso é um erro crucial e brutal. O modelo é um modelo ruim, reafirmando que envolveu municípios metropolitanos e não metropolitanos, e excluiu outros não metropolitanos, deixando à míngua. Então, todas as críticas possíveis. Mas, não é isso que eu quero discutir com o senhor.

Primeira questão, que o senhor colocou muito bem, que é a questão da mobilidade. Eu tenho discutido com outras Deputados que essa discussão é muito mais profunda do que aparentemente se acha. Eu verifico que os modais de transporte hoje estão falidos. E o estado não tem como implementar subsídios nem tampouco dizer: "Sai esse concessionário." Porque, possivelmente, nas mesmas condições não terá outro para entrar. De outro lado, eu vejo um movimento imenso de classe média alta de querer morar mais longe do centro urbano, ir para as periferias. Como, por exemplo, o senhor colocou, Petrópolis. Ora, isso vai fazer a cidade se espraiair mais ainda, agravando a questão da mobilidade. O transporte alternativo começa a ter a possibilidade de ser solução, e não problema. Então, acho que esse tema precisava um grande aprofundamento.

Quando o Plano Diretor de Transportes Metropolitanos foi discutido, a gravidade da pandemia não tinha trazido isso à tona. E não adianta. Os modos de transporte estão com menos passageiros, estão dando prejuízo, vai se reduzir o número de veículos ou de trens, dependendo do modo, em detrimento da qualidade do serviço. Então, é uma questão, no meu entendimento, da maior relevância, porque continua, no meu ponto de vista, sendo o transporte que viabiliza a produção.

Agora mesmo nós temos a audiência pública, na terça-feira, às 10 horas da manhã, sobre a redução da alíquota do QAV para sete pontos percentuais, para discutir o *hubber* do Aeroporto Internacional do Galeão, que o BNDES, junto com a União, quer colocar tudo no Santos Dumont e matar o Galeão. Para valorizar o preço da outorga no Santos Dumont. Dois aeroportos na Região Metropolitana de peso, se um morre, começa a morrer a região, que é o Internacional do Galeão. E turismo é logística, e logística não é só o avião pousar, ou levantar voo. É toda a organização em torno disso. Eu acho que essa é uma questão também metropolitana, porque esses dois aeroportos estão na Região Metropolitana, além de outros pequenos aeroportos, como Jacarepaguá etc. Então, eu queria chamar a atenção sobre isso.

Vendo a sua preleção, o senhor colocou aqui a questão do SIMGeo, 36 meses, e colocou a questão da infraestrutura tecnológica. Eu tenho impressão que eu já, via Presidente, encaminhei para Vossa Excelência a Lei da Tecnologia 5G. Isto é fundamental, fundamental. E a proposta de legislação municipal está contida na lei. Porque, se a gente não avançar para a tecnologia 5G, a gente não vai ter como gerar empreendedorismo, Deputado Waldeck, nas periferias, em favelas e comunidades periféricas. É o empreendedorismo virtual, com wi-fi, com tecnologia de ponta. Essa questão do 5G acho fundamental para que progredamos nessa direção.

Como já trabalhei muito nessa questão de ter um plano diretor, na época em que o Minc era secretário da questão do destino do lixo, fico em dúvida de como o senhor, dentro disso, faz a integração com o INEA. Um dos grandes problemas do estado, Dr. Bernardo Santos, é que cada órgão, cada instituição, é um compartimento, não conversam entre si. Na Região Metropolitana, obrigar a conversar entre si, acho que é uma tarefa do Instituto.

Só para concluir os meus sete minutos, o senhor falou nesse grande Projeto do SIMGeo, de 36 meses, onde tem tecnologia de ponta, obra desse grande banco de dados.

Eu queria dizer para V. Exa. que estamos trabalhando, para que esse Plano Estratégico do Desenvolvimento Econômico e Social possa ser sustentado por uma matriz insumo-produto, que será construída em 18 meses e associado a um banco de dados, também de grande dimensão.

O secretário de Planejamento, ontem, nos informou em Audiência Pública, na Comissão de Tributações, presentes os Deputados Waldeck Carneiro e Eliomar Coelho, que também são daquela comissão, que ele já está estruturando um grande banco de indicadores, na ordem, salvo erro de memória, de 300 indicadores. Não é da Região Metropolitana só, mas do estado como um todo. Então, colocamos a necessidade de valorar a CEPERJ, nosso mini IBGE, que ficou desmontado nesses anos.

Eu gostaria de trazer essas questões porque todas elas teriam que conversar consigo. É necessário, na questão do Fundo da Região Metropolitana, que chamávamos de Fundo Contábil da Região Metropolitana, em 1975, quando tinha o Fundrem - a LDO chegou ontem na Casa, ainda não abria a LDO - tivesse, dentro da LOA e evidentemente a partir da LDO, uma explicitação própria, com todos os seus programas de trabalho, com todos os seus montantes de investimento etc. etc. Até para que, na Assembleia, possamos fortalecer o lucro. Aqui, tem três Deputados, que são amantes do planejamento. Estou falando pelo Waldeck e pelo Eliomar Coelho, porque o que acontece hoje, em nosso estado, e o senhor é testemunha, é que não temos caminho nenhum, e em não tendo, não temos lugar nenhum para ir.

Essa é a minha contribuição. Muito obrigado, Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Deputado Luiz Paulo.

Passo a palavra ao Deputado Eliomar Coelho, pedindo que observe o nosso tempo de sete minutos, para que o presidente Bernardo possa reagir aos comentários. Em seguida, vamos para a segunda etapa da reunião.

Deputado Luiz Paulo, V. Exa. pode presidir momentaneamente a reunião?

O SR. LUIZ PAULO - Perfeitamente!

O SR. ELIOMAR COELHO - Muito bom dia! Deputado Waldeck, Deputado Luiz Paulo, muito bom dia Bernardo Santoro, que está à frente do Instituto Rio Metrôpole, e assim, cumprimento os demais que estão à Mesa.

O Deputado Luiz Paulo abordou temas que realmente são preocupações nossas, que temos interesse em discutir essa questão do planejamento urbano.

Participei de toda a discussão sobre o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, em 1990. Aliás, nesse ano foi a Lei Orgânica. Em 1992, foi o Plano Diretor. Fiz o parecer sobre o Plano Diretor, apresentado, naquela época, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e nesse Plano, por exemplo, uma das falhas que eu notava, e que registrei no meu parecer, foi exatamente a cidade do Rio de Janeiro considerar-se única, dentro de uma bolha. Parecia que não pertencia à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa era uma falha grande.

Ouví atentamente, e peço desculpas por ter chegado um pouco atrasado - eu estava resolvendo algumas coisas na cidade - e não vi, desde o início a apresentação, mas o que ouvi já deu, pelo menos, para eu fazer alguma avaliação. Como esse material vai chegar em nossas mãos, teremos mais tempo, exatamente, para nos debruçarmos em cima dele e, de forma mais detalhada, poderemos fazer uma análise mais acurada. De qualquer maneira, por exemplo, algo que acho importante e que foi colocado: a questão que mais me preocupa, a conversa como está existindo, entre os executivos dos 21, ou 22 municípios, que compõem a Região Metropolitana. Como está existindo esse diálogo, entre esses executivos, exatamente, na elaboração, na feitura desse plano de desenvolvimento urbano integrado. Essa é a grande preocupação, porque sabemos perfeitamente que fazer um Plano Diretor não é uma coisa tão fácil, inclusive, se ele não tiver a participação efetiva, real, concreta da sociedade civil organizada, de seus moradores, fica um negócio meio capenga. Antigamente, quando começou a se falar em Plano Diretor, tinha a Prefeitura que contratou até escritórios de planejamento urbano e arquitetura, que se especializaram em planos diretores. Então, o Prefeito do município chegava para o escritório e dizia que queria um Plano Diretor e o escritório o fazia. Ao analisarmos os planos diretores, feitos por esses escritórios, era quase a mesma coisa, só mudava um pouco, quer dizer, não trabalhavam as especificidades, que encontramos exatamente na discussão com todos os que realmente vivem, circulam, trabalham e se divertem na cidade. Essa é a realidade.

Então, o que é importante sabermos, e baseado nisso vou fazer uma análise mais acurada, é o diálogo existente entre esses municípios. Falo isso porque, o Plano Diretor Urbano Integrado, tem a palavra integração fortemente. Sabemos que esses municípios, que compõem a Região Metropolitana, as desigualdades entre eles são enormes. Não é tão fácil querer trabalhar isso. É desigualdade econômica, social, de todo o tipo, mobilidade urbana, moradia, emprego, renda. As desigualdades se sobressaem de forma violenta entre os municípios. O Estado do Rio de Janeiro é *sui generis*, quem tem alguma semelhança é o Amazonas, porque tem 92 municípios e tem um que praticamente pega 50% da população do estado. Produz 60% da riqueza de todo o estado. Quando se vai para a Região Metropolitana, esses números saltam para 60, para 80 e ficam, por exemplo, a Região Metropolitana, com 21 municípios. Noventa e dois menos 21, fica com pouca coisa em termos de recursos para a promoção de seu desenvolvimento.

Integração entre os municípios do Estado do Rio de Janeiro, praticamente, não existe e não existia também Região Metropolitana, porque o tratamento dado a essa Região, foi na época da fundação de desenvolvimento da Região Metropolitana, Fundrem, que fez um bellissimo trabalho de organização da administração, nessa governança metropolitana. É para isso que quero chamar a atenção. Como que dá, gastando esse diálogo, no sentido de promover, no seu final, a integração, via o instrumento Plano Diretor, de cada um desses municípios que compõem a Região Metropolitana. É isso que inicialmente me chamou a atenção e me traz a preocupação de como vamos debulhar de forma a garantir, realmente, o sucesso na empreitada em que estamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Deputado Eliomar Coelho.

Pergunto ao Henrique Silveira, representante da Casa Fluminense se gostaria de fazer alguma observação. Eu poderia lhe conceder três minutos, para fazer observações sobre essa apresentação.

O SR. HENRIQUE SILVEIRA - Deputado Waldeck, cumprimento a todos os presentes nessa Audiência da importante Comissão da Região Metropolitana.

Na verdade, eu só queria sublinhar, e talvez ouvir mais do presidente Bernardo Santoro, sobre a questão da mobilidade. O Deputado Luiz Paulo já sublinhou isso, que é um tema muito central e que, junto com o saneamento, a mobilidade configura, sem desmerecer os outros temas, mas o coração dessa discussão metropolitana, e Instituto tem um papel muito importante - o próprio Plano Metropolitano fala da necessidade da criação dessa autoridade dos transportes, na Região Metropolitana.

Então, na apresentação do Bernardo, foi mencionada a questão de olhar para o futuro e buscar o equilíbrio em relação aos transportes. A gente vive uma crise dos transportes, muito séria. No entender melhor, por exemplo, senti falta do Instituto nesse momento da crise, como um órgão público que pudesse se colocar e apontar caminhos e soluções, diante desse contexto de crise, buscando se aproximar das diversas secretarias, como já bem disse o Deputado Luiz Paulo, que não conversam entre si, quanto mais quando têm que conversar com as secretarias de outros estados, municípios e outros municípios da Região Metropolitana.

Senti falta do Instituto Rio Metrôpole com um papel mais ativo nessa articulação em busca de soluções.

Eu gostaria de destacar um tema que merece a atenção de todos nós, que é a questão da bilhetagem eletrônica, que já teve uma lei aprovada na Alerj, que obriga o processo licitatório para que o Estado tenha controle sobre a bilhetagem. Está em andamento um estudo, na Secretaria de Transportes para fazer essa bilhetagem, só que, a gente acompanhou recentemente que a Prefeitura do Rio também vai fazer um processo licitatório para a bilhetagem.

Um pouco, em conversa com essas duas Secretarias, o processo de integração disso não está colocado. Na verdade, existem preocupações de que o sistema que o Estado decide seja um, e o sistema que a Prefeitura decide seja outro. Então, aqui está literalmente faltando um espaço que crie uma mesa de trabalho entre essas duas Secretarias para que essa licitação tenham os mesmos parâmetros técnicos e a gente consiga, porque o que está em jogo é a questão tecnológica de 5G, que vem pela frente dessa bilhetagem eletrônica. Isso é só um exemplo de um tema que me parece oportuno do Instituto Rio Metrôpole ocupar, um espaço de articulador e produtor de soluções coordenadas entre Estado e Prefeituras no tema de mobilidade urbana.

Essa é a minha contribuição para o debate e eu gostaria muito de ouvir o Instituto Rio-Metrôpole comentando melhor esse tema. Obrigado. Agradeço pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Henrique Silveira.

Quero esclarecer Sr. Henrique Silveira, que o conselheiro Vicente Loureiro, tinha uma agenda hoje e não pôde estar conosco, e o Vereador Romário Régis, que está estruturando a Frente Parlamentar Intermunicipal Metropolitana, foram convidados para essa agenda de hoje. Enfim, é só para dar uma satisfação públicas a esses convidados, que estão aqui conosco hoje.

Eu queria, antes de passar a palavra para a palavra para o Presidente Bernardo Santoro, também fazer algumas breves observações para que possamos dispor ainda de 30 a 35 minutos para o debate sobre a Lei Complementar.

Eu queria, antes, agradecer a exposição, que já me foi remetida pelo Maurício Knoplock. Já transmiti ao nosso grupo de trabalho, pelo WhatsApp essa apresentação que foi feita. Considero, como o Luiz Paulo, uma apresentação muito qualificada, com várias informações importantes - agradeço, portanto, ao Bernardo Santoro.

Vou pelo mesmo caminho do Deputado Luiz Paulo, entre nós há algumas divergências, no que tange à esfera do saneamento, não vou explorar esse aspecto hoje. De qualquer maneira, agradeço a apresentação e é a minha primeira observação.

Quero fazer algumas observações e perguntas. Fiquei com uma dúvida pontual sobre esse organograma do Instituto Rio Metrôpole, que foi apresentado nos primeiros dias de slides. Essa diretoria, essa estruturação organizativa decorre de um Decreto do Governador? Eu gostaria de saber qual é a norma legislativa que disciplinou a estruturação dessa diretoria, porque chequei o Decreto 46.893/2019 e depois o 47.340/2020 e quero tirar essa dúvida pontual. Não estou fazendo considerações sobre a estrutura organizativa, em si mesma, mas apenas perguntando o ato normativo que a disciplinou.

Outro aspecto que eu queria perguntar é em relação ao Plano Metropolitano de Saneamento Básico, uma das obrigações, uma das atribuições definidas em lei, para a governança metropolitana para o ente de governança metropolitana, eu queria saber qual o im-

pacto, do ponto de vista de vocês da elaboração de um Plano Metropolitano de Saneamento Básico, face a uma proposta do governo do estado, de conceder a operação desse serviço. O que muda? Que impacto tem? Uma coisa é se ter um Plano Metropolitano de Saneamento Básico com a gestão de saneamento e estatal. Qual o impacto, sobre esse Plano? Que repercussão tem sobre esse plano, esse modelo, essa modelagem de fazer a concessão se serviço e saneamento para o setor privado? Eu gostaria que vocês comentassem sobre isso.

Eu queria também perguntar sobre dois aspectos conectados, rapidamente, o PDUI, que é um instrumento de planejamento metropolitano muito importante, estratégico, aliás, ele carrega no seu nome o qualificativo estratégico, está diretamente relacionado - isso foi mencionado pelo Presidente Bernardo Santoro - ao processo de elaboração dos Planos Diretores Municipais. Eu queria saber se não há um problema de cronologia, porque tem municípios que já têm seus Planos Diretores; tem municípios que não têm Plano Diretor algum e tem municípios que estão em processo de revisão dos seus Planos Diretores. Do ponto de vista lógico, não seria melhor se houvesse um PDUI que fosse uma espécie de matriz orientadora para os municípios fazerem os seus planos ou os revisarem? É porque tem uma previsão cronológica de mandar para a Alerj em sete meses, o PDUI, o que nos remete ao final de 2021. Provavelmente, se tudo correr bem, podemos, eventualmente, ter o PDUI aprovado em lei, até o final de 2022. Quem sabe, até meados de 2022. Mas, isso não traz um problema, porque PDUI não deveria ser a matriz, a partir da qual os municípios fariam ou refariam seus planos diretores municipais?

Aquela Audiência Pública que fizemos recentemente, presidente Bernardo, sobre aquele PLC, apresentado pela Deputada Zeidan, continua suscitando debate, na Assembleia, sobre eventuais conflitos entre a autoridade metropolitana e a autoridade municipal constituída por eleição. Pergunto se tem havido ruído, porque aquele Projeto suscitou reclamações de alguns Prefeitos, que ligaram para o Presidente André Ceciliano. Diante desse fato, desse exemplo, pergunto se na experiência acumulada, até então, tem ruídos significativos, na relação entre as autoridades municipais inseridas no contexto metropolitano e a autoridade da governança metropolitana. Isso tem sido um problema, um obstáculo? Se sim, como tem sido equacionado?

Por último, duas coisas pontualíssimas e que vou só endossar o que o Deputado Luiz Paulo falou. Não tenho dúvidas de que o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana, os recursos desse Fundo têm que estar espelhados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, da própria LOA depois. Isso é muito importante para fortalecer e consolidar esse Fundo. Ao mesmo tempo, quero me permitir sugerir, e vocês, certamente, já estão fazendo isso, mas eu reforçaria a necessidade de uma interação estreita, entre o Instituto Rio Metrôpole, sua Presidência e equipe, com todas as Secretarias, é claro, mas especialmente com a Secretaria de Planejamento.

Ontem, estivemos com o secretário Zamite, como o Deputado Luiz Paulo mencionou, em torno da discussão de um Projeto Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado. Naturalmente, que o PDUI tem que estar muito amarrado com esse Projeto. Eu queria, também, saber a quantas anda essa interface entre o processo de elaboração do PDUI, as concepções, em suas bases, e o processo que a Secretaria de Planejamento e Gestão parece liderar, no âmbito do Governo, sobre um Projeto mais amplo de desenvolvimento estratégico do nosso estado.

São algumas observações. Não dá para esgotarmos os temas agora, bem sei, mas só para acrescentar ao nosso debate, esses apontamentos.

Presidente Bernardo Santoro.

O SR. BERNARDO SANTORO - Caros Deputados e Exmo. Sr. Henrique, obrigado pelas contribuições, perguntas e sugestões. Vou tentar ser o mais breve possível na elaboração das respostas e, na medida do possível, quando eu puder responder a mais de uma questão, de uma só vez, vou tentar fazê-lo.

Em relação aos questionamentos do Deputado Luiz Paulo, obviamente, que se estende a todos. Sem dúvida que a postura do Instituto Rio Metrôpole, em relação a esta Comissão, sempre será primeiramente a de fortalecer mais as nossas convergências do que valorizar as nossas divergências. Essa é a nossa postura, tem sido a dos senhores também e eu lhes sou muito grato por essa interação sempre tão positiva, mesmo com eventuais divergências. Prefiro nem dizer que divergimos, mas que concordamos em divergir, porque fica mais uma concordância.

No que tange à questão da mobilidade, apresentada pelo Deputado Luiz Paulo, concordo plenamente. Entendo que essa questão da mobilidade precisa ser mais bem tratada em nível metropolitano. Ai, vou, inclusive, trazer essa perspectiva, trazida pelo Deputado Luiz Paulo, e vou juntar com a do Sr. Henrique e lhe dizer que ele está absolutamente correto em suas críticas em relação à questão da bilhetagem, na minha opinião. Vou fazer coro com a postura e pensamento do Henrique, inclusive, fiz questão, no que tange, à questão da bilhetagem eletrônica, de deixar claro, ao secretário de Transporte, que a falta de interação entre o projeto estadual e o projeto municipal da capital do Rio de Janeiro pode gerar uma bizarra política de bilhetagem de bilhete duplo. Enquanto que o nosso foco e a busca do poder público sempre foi uma política de bilhete único. De maneira até estranha, vou usar o termo até bizarro, nós podemos estar caminhando para um cenário de política de bilhete duplo? Então, essa questão já foi um processo de crítica de minha parte à Secretaria, especificamente ao Secretário de Transportes.

Então, posso falar aqui de maneira tranquila porque o que eu falei para ele eu falo em público, acho que esse projeto, esses dois projetos estarem sendo feitos de maneira desconexa é um erro, é um grave equívoco. Me dispus a ser esse canal, essa interlocução. Até o momento, não tive êxito nessa minha interrogativa, mas já demonstrei a minha preocupação com o tema, que eu considero absolutamente pertinente essa crítica. Da minha parte, saibam que vocês terão um soldado na busca por uma real política de bilhete único e não de bilhete duplo, como parece estar vindo a acontecer nesse momento.

No que tange ao SIMGeo, especificamente, eu vou buscar um diálogo maior ainda. Tenho um bom diálogo com o secretário de Planejamento. Vou buscar um diálogo maior, de forma que eventualmente não haja uma sobreposição de esforços, no que tange à criação desse grande banco de dados.

Em relação à citação feita - não sei se pelo próprio Deputado Luiz Paulo - ao Ceperj, a nossa relação com a presidência da Ceperj é a melhor possível, realmente é um diálogo muito frutífero, inclusive, dentro daquilo que a gente entende como sendo a construção de um projeto SIMGeol, ele passa por uma parceria com o Ceperj.

O Ceperj não pode ficar de fora desse processo, e já temos diálogo nesse sentido para a construção de uma agenda comum, envolvendo o Instituto Rio Metrôpole e Ceperj, na produção dessa política pública de organização de um grande banco de dados que possa ser base de um planejamento mais correto e mais produtivo para a Região Metropolitana. Quem sabe, ser base de um projeto maior envolvendo o Estado do Rio de Janeiro, no que tange essa questão de banco de dados.

Ainda sobre a intervenção do Deputado Luiz Paulo, envolvendo a questão da infraestrutura 5G, eu não posso deixar de citar que projetos de lei emendando a Lei 9151 já foram apresentados, não só pelo Deputado Luiz Paulo, como pelo Deputado Waldeck Carneiro, sempre levando em consideração o fato da Região Metropolitana precisar ser um meio essencial de construção dessa gestão tecnológica para essa gestão tecnológica já nascer integrada, já nascer integrando os municípios da Região Metropolitana.

Então, eu agradeço publicamente ao Deputado Luiz Paulo, ao Deputado Waldeck Carneiro e aos demais deputados que já buscarem apresentar projetos de emenda à Lei 9151 que efetivamente dá ao Instituto Rio Metrôpole e à Região Metropolitana o destaque necessário no planejamento dessa infraestrutura. Sem vocês, isso, obviamente, não estaria sendo possível. Então, eu espero ter podido já, de certa forma, esgotar aquilo que o Deputado Luiz Paulo apresentou de contribuição.